



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

Direitos fundamentais na jurisdição administrativa

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Francisco Paes Marques

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Análise dogmática e jurisprudencial da aplicação da teoria dos direitos fundamentais na jurisdição administrativa.

Conteúdos programáticos

I: PARTE GERAL

A) Introdução aos Direitos Fundamentais

1. O conceito de direito fundamental
2. A estrutura dos direitos fundamentais
3. Os direitos fundamentais e a distinção entre regras e princípios jurídicos
4. As restrições aos direitos fundamentais
5. Os direitos fundamentais nas relações entre particulares
6. O princípio da tutela jurisdicional efectiva em especial

B) Introdução ao Contencioso Administrativo

7. O fundamento da jurisdição administrativa
8. O âmbito da jurisdição administrativa



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

9. Pressupostos processuais
10. Formas de processo comuns
11. Formas de processo urgentes
12. Marcha do processo
13. Recursos jurisdicionais
14. Processo executivo
15. Arbitragem administrativa

II: PARTE ESPECIAL: Refracções da dogmática dos direitos fundamentais na jurisdição administrativa (Análise jurisprudencial)

16. A protecção dos direitos fundamentais como fundamento da jurisdição administrativa
17. Os direitos fundamentais como critério de delimitação da jurisdição administrativa
18. Os direitos fundamentais como chave de acesso à jurisdição administrativa
19. Os direitos fundamentais como critério estruturador das formas de processo
20. Os direitos fundamentais como parâmetro de controlo directo da actividade administrativa
21. Os direitos fundamentais como padrão de controlo da margem de livre decisão administrativa
22. Os direitos fundamentais e a discricionariedade judicial

Indicações bibliográficas de carácter geral (Direitos Fundamentais)

ACKERMAN, Bruce, *We the People III: The civil rights revolution*, Harvard University Press, Cambridge/Londres, 2014.

ALEXANDRINO, José de Melo, *A Estruturação do Sistema de Direitos, Liberdades e Garantias na Constituição Portuguesa*, 2 Volumes, Almedina, Coimbra, 2006.

ALEXY, Robert, *Theorie der Grundrechte*, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1994 (Há tradução espanhola, *Teoría de los Derechos Fundamentales*, Centro De Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, 2002).

ANDRADE, José Carlos Vieira de, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2004.

BOROWSKI, *Grundrechte als Prinzipien*, Nomos, Baden-Baden, 2000 (Há tradução da primeira parte desta tese, *La Estructura de los Derechos Fundamentales*, Universidad Externado de Colombia, 2003).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

HÄBERLE, Peter, *Die Wesensgehaltgarantie des Art. 19 Abs. 2 Grundgesetz. Zugleich ein Beitrag zum institutionellen Verständnis der Grundrechte und zur Lehre vom Gesetzvorbehalt* (tradução espanhola, La Garantia del Contenido Esencial de los Derechos Fundamentales, Dykinson, Madrid, 2003).

HUFEN, Friedhelm, *Staatsrecht II- Grundrechte*, Beck, Munique, 2007.

JELLINEK, Georg, *System der subjektiven öffentlichen Rechte*, 2.^a edição, Mohr Siebeck, Tübingen, 1905 (reimp. 2011).

MIRANDA, Jorge, *Manual de Direito Constitucional*, Tomo IV- Direitos Fundamentais, 3.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2008.

NOVAIS, Jorge Reis, *As Restrições aos Direitos Fundamentais não Expressamente Autorizadas pela Constituição*, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

PIEROTH, Bodo/ SCHLINK, Bernard, *Grundrechte- Staatsrecht II*, 24.^a edição, Müller, Heidelberg, 2008.

Indicações bibliográficas de carácter geral (Contencioso Administrativo)

ALMEIDA, Mário Aroso de, *Manual de Processo Administrativo*, 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2017.

ANDRADE, José Carlos Vieira de, *A Justiça Administrativa (Lições)*, 15.^a edição, Almedina, Coimbra, 2016.

BREYER, Stephen G./STEWART, Richard B./SUNSTEIN, Cass R./ VERMEULE, Adrian/HERZ, Michael E., *Administrative Law and Regulatory Police- Problems, Text and Cases*, 7.^a edição, Wolters Kluwer, Nova Iorque, 2011.

CHAPUS, René, *Droit du Contentieux Administratif*, 12.^a edição, Montchrestien, Paris, 2006.

CORREIA, José Manuel Sérvulo, *Direito do Contencioso Administrativo*, I, Lex, Lisboa, 2005.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

GIANINNI, Massimo Severo, “Discurso generale sulla Giustizia Amministrativa, RDProc, 1963, Parte I, p. 523-549; 1964, Parte II, p. 12-46, Parte III, p. 217-252.

GOMES, Carla Amado, “Pretexto, texto e contexto da intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Inocêncio Galvão Telles*, Volume V, Almedina, Coimbra, 2003, p. 541-577.

GUICCIARDI, Enrico, *La Giustizia Amministrativa*, 3.^a edição, CEDAM, Pádua, 1954.

LORENZ, Dieter, *Verwaltungsprozessrecht*, Springer, Heidelberg, 2000.

NIGRO, Mario, *Giustizia Amministrativa*, 6.^a edição, Il Mulino, Bolonha, 2002.

OTERO, Paulo, *Legalidade e Administração Pública*, Almedina, Coimbra, 2003.

SCHENKE, Wolf-Rüdiger, *Verwaltungsprozessrecht*, 10.^a edição, Müller, Heidelberg, 2005.

SCHOCH, Friedrich/J. P. SCHNEIDER/W. BIER, *Verwaltungsgerichtsordnung- Kommentar*, 25.^a edição, Beck, Munique, 2013.

SILVA, Vasco Pereira da, *O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise*, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2013 (reimp.).

TRAVI, Aldo, *Lezioni di Giustizia Amministrativa*, 10.^a edição, Giapichelli, Turim, 2013.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Tendo em conta os objetivos fixados a atingir na unidade curricular, o programa dividir-se-á em dois grandes núcleos temáticos: uma parte geral integrando i) dogmática dos direitos fundamentais e ii) princípios e estrutura do contencioso administrativo, e uma parte especial relativa às refracções da dogmática dos direitos fundamentais na



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

jurisdição administrativa. Parte-se, assim, da apreensão da dogmática dos direitos fundamentais e dos traços estruturantes do Contencioso Administrativo para, ulteriormente, analisar-se a incidência específica da teoria dos direitos fundamentais no contexto da jurisdição administrativa, através, essencialmente, de um ângulo jurisprudencial.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O método de ensino será teórico-prático. Para além das exposições do docente, estimular-se-á o debate e a realização de trabalhos sobre os conteúdos a leccionar. Preve-se também a elaboração de trabalhos e a respectiva discussão em aula.

A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Participação nas aulas (25%);
- Elaboração de um relatório escrito (25%);
- Teste escrito (50%).

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O método será expositivo mas com uma forte componente interactiva, estimulando-se o debate e a reflexão crítica.

Bibliografia principal

ANDRADE, José Carlos/MARCOS, Rui Figueiredo, (Coord.), *Direito do Petróleo*, Faculdade de Direito de Coimbra, Instituto Jurídico, Coimbra, 2013.

BRET-ROUZAT, Nadine/FAVENNEC, Jean-Pierre, *Oil and Gas Exploration and Production*, 3.^a edição, Technip, Paris, 2011.

DEL GUAYO, Iñigo, *Tratado de Derecho del Gas Natural*, Marcial Pons, Madrid, 2010.

FREITAS, Lourenço Vilhena de, *Direito Administrativo da Energia*, AAFDL, Lisboa, 2013.

LOWE, John S./O. L. ANDERSON/E. E. SMITH/D. E. PIERCE/C. KULANDER, *Cases and Materials on Oil and Gas Law*, 6.^a edição, West, St. Paul, 2013.

MCHARG/BARTON/BRADBROOK/GODDEN, *Property and the Law in Energy and Natural Resources*, Oxford University Press, Oxford, 2010.

SILVA, Suzana Tavares da, *Direito da Energia*, Coimbra Editora, Coimbra, 2011.

VICENTE, Dário Moura, *Direitos dos Petróleos*, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular unit sheet

Course _____



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular unit

(maximum 1000 characters)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximum 100 characters)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Syllabus

(maximum 1000 characters) Insolvency Law

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

(maximum 1000 characters)

Teaching methodologies (including evaluation)

(maximum 1000 characters)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

(maximum 3000 characters)

Main Bibliography

(maximum 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.